



**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Comite de Auditoria Estatutária

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: 3396-9000

**ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
DA PRODAM-SP**

DATA, HORA E LOCAL: Em 10 de setembro de 2025, às 15h00, por vídeo conferência, através da plataforma *Microsoft Teams*, reuniu-se o Comitê de Auditoria Estatutário da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP.

CONVOCAÇÃO: Realizada por meio do envio de correio eletrônico aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, em 07 de julho de 2025.

PRESENCAS: Presentes todos do Comitê de Auditoria Estatutário, **Sr. ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS**, membro coordenador, **Sr. MICHAEL MONTGOMERY**, membro, **Sr. FÁBIO CLARO COIMBRA**, membro, **Sra. PATRÍCIA RIBEIRO PEREIRA**, Gerente de Auditoria Interna (GPA), e **Sra. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS**, Secretária de Governança Corporativa, contando com os convidados **Sr. LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS**, Gerente de Planejamento e Controle Financeiro (GFP); e **Sr. MARCO AURELIO TRAVASSO**, Coordenador de Execução Contábil, **Sras. MARIA APARECIDA LIMA SOUZA ROCHA e RAQUEL**, da Gerência de Compliance e Gestão de Riscos (GPR), **Sra. FABIANA SILVA BRITO**, Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GFG), **Sr. MATEUS DIAS MARÇAL**, Diretor de Infraestrutura e Tecnologia (DIT), **Sr. DALTON ESTANCAMPIANDO ESPINDOLA**, Gerente da Segurança da Informação, **Sra. SOLANGE RODRIGUES PARRA**, Analista de TIC e **Sra. ANA PAULA FERREIRA FREITAS ASSUNÇÃO**, Analista Organizacional.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Sra. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS**, Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA

I - COA/COF/PRE: ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

- 1. Conhecer as atas das reuniões do Conselho de Administração; (Agenda estratégica)**
- 2. Conhecer as atas das reuniões do Conselho Fiscal; (Agenda estratégica)**
- 3. Conhecer as atas reuniões da Diretoria Executiva; (Agenda estratégica).**

II - PRE/GPA: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

- 4. Revisão do Regimento Interno do CAE (Agenda estratégica).**
- 5. Cumprimento da Diretoria Executiva das recomendações do CAE (Agenda estratégica).**

III - DAF/GFG: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

- 6. Acompanhamento da remuneração da administração.**

IV - DAF/GFP: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

- 7. Atualização sobre avanços e cronogramas da elaboração do TR referente a contratação da auditoria independente.**
- 8. Avaliar a efetividade e cumprimento de dispositivos legais pela empresa contratada para prestação de serviço de auditoria externa independente (pendente de ajustes no Termo de Referência para contratação de auditoria)**
- 9. Avaliar independência, qualidade e adequação do contrato celebrado nos termos do inciso II, artigo 31 do Estatuto Social (pendente de ajustes no Termo de Referência)**
- 10. Aprimorar competências e habilidades para o exercício profissional, nos termos da Lei Federal nº 12.249/10 e do NBC PG nº 12 (R4) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**

V - PRE/GPR: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

- 11. Gestão de riscos de cibersegurança (áreas, medidas, controles, monitoramento, ocorrências, planejamento de respostas etc.) (Agenda Estratégica).**
- 12. IRFs S1 e S2 sobre sustentabilidade de forma voluntária a partir de 2025. (Agenda Estratégica).**

I - COA/COF/PRE:

Atas do Conselho de Administração poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001141-2

Atas do Conselho Fiscal poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0000729-6

Atas Reunião de Diretoria poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001497-7

Portal da Transparência da Prefeitura: <https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Transparência da PRODAM:
<https://colaborador.prodam.sp.gov.br/institucional>

II - PRE/GPA: A Sra. Patrícia Ribeiro Pereira apresentou os pontos propostos pela Gerência de Auditoria Interna para a 70ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 10 de setembro de 2025. A exposição abordou: (i) a revisão do Regimento Interno do CAE, incluída como item da agenda estratégica; (ii) o acompanhamento do cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações emitidas pelo Comitê; (iii) as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna no mês de agosto de 2025; (iv) a proposta de criação de um sistema de controle das demandas entre a GPA e o CAE; e (v) o monitoramento da auditoria dos Controles Gerais de Tecnologia da Informação – RDM. Em relação ao regimento, informou que as alterações discutidas com os membros já estavam consolidadas e aguardavam formalização. Quanto ao acompanhamento das recomendações, observou avanços decorrentes da nova sistemática de monitoramento, com diversas recomendações já atendidas e retiradas dos relatórios, embora algumas ainda permaneçam pendentes. Sobre as atividades da Auditoria Interna, destacou a conclusão das auditorias sobre folha de pagamento e plano de saúde, indicando que, nesta última, há recomendações em fase de elaboração. Também apontou a execução de grande parte do cronograma do segundo semestre. A Sra. Patrícia propôs a formalização de um sistema para organização e acompanhamento das solicitações do CAE, em razão do aumento no volume de demandas, visando garantir transparência e melhor gestão dos prazos. Por fim, no tocante à auditoria dos controles gerais de TI, relatou que parte das ações foi concluída, enquanto outras seguem em andamento, havendo, contudo, dificuldades na obtenção de evidências por algumas áreas, o que pode impactar na avaliação final.

III - DAF/GFG: A Sra. Fabiana Silva Brito apresentou o acompanhamento da remuneração da administração com base nos dados de pessoal e nas despesas realizadas até julho de 2025. Inicialmente, destacou o comparativo entre a meta de quantitativo de pessoal estabelecida no CDI e os números efetivamente registrados entre janeiro e julho de 2025. Esclareceu que o levantamento considera apenas cargos de confiança, carreira e estatutários, excluindo estagiários, aprendizes e conselheiros. Na sequência, a expositora detalhou a evolução do quadro de pessoal, destacando as variações mensais nos vínculos de carreira, confiança e estatutários, com destaque para a estabilidade no quantitativo de servidores ao final do mês de julho. Em relação às despesas com pessoal, informou que os dados abrangem todos os vínculos, inclusive estagiários, aprendizes e conselheiros. Destacou um aumento expressivo nas despesas no mês de julho, em razão do pagamento do Acordo Coletivo de 2025, cujos efeitos foram retroativos a janeiro do mesmo ano. A apresentação contemplou, ainda, a análise das médias salariais por cargo, bem como os valores acumulados por categoria, segmentados entre folha de pagamento, benefícios e encargos sociais. Os dados foram distribuídos por tipo de vínculo: carreira, comissionados, diretores, conselheiros, estagiários e aprendizes. A Sra. Fabiana ressaltou que, de forma geral, as despesas com pessoal apresentaram elevação até o mês de julho de 2025. Durante sua apresentação, o Sr. Marco Aurélio Travasso reforçou que o impacto observado decorre, majoritariamente, da diferença entre o valor provisionado no orçamento e o montante efetivamente pago no mês de julho, considerando a retroatividade do Acordo Coletivo. A Sra. Angelica complementou, observando que o impacto adicional também se deu sobre os encargos sociais, uma vez que incidem sobre a totalidade da folha de pagamento.

IV - DAF/GFP: Durante a exposição, os senhores Luiz Otávio Oliveira Campos e Marco Aurélio Travasso, da Gerência de Planejamento e Controle Financeiro, apresentaram os principais pontos relativos ao Termo de Referência para contratação de auditoria

independente e o parecer da auditoria externa sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Destacaram que o Termo de Referência em tramitação junto às áreas de Licitações e Jurídico, com diversas atualizações, como: exigência de emissão de relatório de asseguração limitada, validação da ECD, vedação à subcontratação de terceiros, inclusão de auditoria de sistemas e obrigatoriedade da participação do sócio da empresa contratada nas reuniões do Comitê. O critério de julgamento passou a ser “Técnica e Preço”, com anexo sobre a metodologia de pontuação. O Sr. Marco Aurelio Travasso pontuou que as mudanças visam reforçar a transparência e a governança, alinhando-se às boas práticas de mercado. Apresentou ainda o cronograma estimado do processo licitatório, com previsão de lançamento do edital para os próximos dias. Na sequência, o Sr. Luiz Otávio relatou que a atual auditoria independente, ao examinar as demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2025, concluiu que as aludidas demonstrações estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes. Acrescentou que as solicitações anteriores quanto à abertura das notas explicativas foram atendidas e pediu aos membros do comitê que verifiquem se possuem alguma observação sobre o conteúdo. Caso não haja ajustes, os trabalhos seguirão para o fechamento do terceiro trimestre com os mesmos critérios adotados. Durante os debates, o Sr. Michael Montgomery questionou sobre critérios técnicos diferenciados para empresas com experiência no setor público, sendo informado pelo Sr. Marco Aurelio Travasso que o edital contempla esse tipo de pontuação.

V - PRE/GPR: No decorrer da reunião, a Sra. Maria Aparecida Lima Souza Rocha, representante da Gerência de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos (GPR), conduziu a apresentação referente ao monitoramento dos riscos estratégicos vinculados à Segurança da Informação da Companhia. A exposição teve por finalidade apresentar os resultados consolidados dos ciclos de acompanhamento realizados em dezembro de 2024, março de 2025 e julho de 2025, com base em duas perspectivas complementares: a Visão PRODAM e a Visão da Área responsável. Na Visão PRODAM, foram destacados quatro riscos centrais: (i) perda de confiabilidade na prestação dos serviços, (ii) exposição negativa da imagem do cliente, (iii) perda de contratos, e (iv) ocorrência de incidentes envolvendo proteção de dados. A Sra. Maria Aparecida destacou que, no ciclo de julho de 2025, todos os riscos apresentaram redução nos níveis de exposição, sinalizando avanços nas ações de mitigação adotadas. Sob a ótica da Área responsável, foram monitorados sete riscos identificados inicialmente em 2023, todos classificados à época como de nível elevado: (i) carência de profissionais qualificados, (ii) ausência de cultura voltada à segurança da informação, (iii) inexistência ou inefetividade de normas, processos e políticas, (iv) falta de planejamento para recuperação de desastres, (v) obsolescência tecnológica, (vi) ausência de orçamento específico, e (vii) ausência de diretrizes estratégicas. Segundo a Sra. Maria Aparecida, o ciclo de julho de 2025 demonstrou queda nos níveis de exposição desses riscos, sendo que dois deles passaram a ser classificados como de risco baixo: a ausência de cultura voltada à segurança da informação e a ausência de apoio da alta administração. Complementando a exposição, a Sra. Raquel Maria Sebastião de Moraes explicou que a sistemática de monitoramento é realizada trimestralmente pela GPR e consolidada semestralmente. Esclareceu que o monitoramento engloba todas as áreas da Companhia, porém, para fins de reporte ao Comitê, são priorizados apenas os riscos estratégicos. Destacou, ainda, que houve evolução significativa na maturidade da segurança da informação, refletida na queda dos níveis de exposição e no avanço dos planos de ação. Alertou, contudo, que alguns riscos permanecem com classificação moderada, em especial os relacionados à obsolescência tecnológica e à ausência de orçamento específico. Na sequência, o Sr. Fábio Claro Coimbra registrou diversos questionamentos. Inicialmente, abordou o plano de continuidade de negócios e o plano de resposta a incidentes, ressaltando a

importância de a Companhia estar preparada para situações críticas. Nesse contexto, o Sr. Michael Montgomery indagou diretamente se a PRODAM-SP estaria pronta caso ocorresse um incidente relevante de segurança da informação. Em resposta, o Sr. Marçal confirmou que a Companhia possui um Plano de Resposta a Incidentes estruturado e está em fase de validação do Plano de Continuidade de Negócios, ressaltando que esse segundo plano deverá ser homologado até o final de 2025. Outro ponto levantado pelo Sr. Fábio foi a utilização da dupla autenticação pelos clientes da PRODAM-SP, tema que considerou de extrema importância para a mitigação de riscos. A Sra. Raquel esclareceu que a PRODAM não possui competência legal para obrigar seus clientes a adotarem a autenticação em dois fatores, mas que há tratativas em andamento com a Controladoria Geral do Município (CGM) para fomentar e incentivar essa prática. Diante disso, o Sr. Fábio sugeriu que o CAE formulasse recomendação formal ao Conselho de Administração, no sentido de que a Diretoria da PRODAM trate a questão com prioridade, tendo em vista a relevância do tema. Também afirmou que o Comitê voltará a tratar do assunto com as áreas responsáveis e que a pauta passará a figurar com mais frequência nas reuniões do CAE. Ao final, as expositoras reiteraram a importância da continuidade do processo de monitoramento, do engajamento das áreas responsáveis e do fortalecimento das estruturas de governança, destacando tais medidas como fundamentais para garantir a segurança da informação na Companhia.

Foi citada a apuração referente ao afastamento do Diretor de Participação, assim como demais casos em tratamento da Auditoria Interna a serem verificados conjuntamente ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) registrou sua preocupação com o não atendimento, por parte de determinadas áreas da Empresa, às disposições previstas no Art. 26, §3º do seu Regimento Interno, que estabelecem a necessidade de disponibilização prévia de documentos com, no mínimo, uma semana de antecedência da data das reuniões. Em particular, destaca-se o não atendimento da convocação da GPJ para a reunião ordinária realizada em 06 de agosto, bem como o atraso no fornecimento de informações solicitadas por e-mail em 31 de julho, as quais foram respondidas apenas em 10 de setembro, após cobrança formal dos membros do CAE em 03 de setembro. Ressalta-se, ainda, que somente na mesma data de 10 de setembro a GPJ comunicou que não participaria da reunião ordinária de setembro do CAE, configurando, assim, o não atendimento a duas convocações consecutivas e a demora superior a um mês para o envio de esclarecimentos adicionais. O Comitê entende que o cumprimento dos prazos e das convocações é essencial para o bom funcionamento dos trabalhos e para a adequada supervisão das atividades da Empresa. Assim, solicita que todas as diretorias sejam formalmente comunicadas quanto à importância do atendimento aos prazos definidos no regimento interno, reiterando a disposição do CAE ao diálogo e à colaboração institucional. Solicita-se, ainda, que os fatos aqui registrados sejam levados ao conhecimento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, às 18h03, lavrando-se a presente Ata de forma sumária, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os Membros do Comitê.

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

Membro-Coordenador

MICHAEL MONTGOMERY

Membro

FÁBIO CLARO COIMBRA

Membro

ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS

Secretária de Governança Corporativa



Michael Montgomery
Membro do Comitê
Em 19/11/2025, às 15:15.



André Luiz Carneiro de Vasconcellos
Membro do Comitê
Em 19/12/2025, às 18:56.



Fabio Claro Coimbra
Membro do Comitê
Em 26/01/2026, às 19:09.



Angélica de Souza Lacerda Ananias
Coordenador(a) de Processos
Em 27/01/2026, às 16:59.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145053699** e o código
CRC **A3F74E17**.

Referência: Processo nº 7010.2020/0001211-7

SEI nº 145053699